

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CRUZMALTINA
Estado do Paraná

LEI Nº 010/97

Súmula: Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 1997 e dá outras providências.

A CAMARA MUNICIPAL DE CRUZMALTINA, ESTADO DO PARANA, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE

L E I :-

CAPITULO I

DAS DIRETRIZES GERAIS

- Art. 1º - Ficam estabelecidas nos termos desta lei, as metas e prioridades da Administração Pública Municipal, para a elaboração dos orçamentos relativos ao exercício financeiro de 1997.
- Art. 2º - Na estimativa das receitas serão considerados os efeitos das modificações na legislação tributária, constantes no capítulo IV, da presente Lei.
- Art. 3º - As receitas oriundas de atividades econômicas exercidas pelo Município, terão suas fontes revisadas e atualizadas, considerando os fatores conjunturais e sociais que possam influenciar as suas respectivas produtividades e rendimentos.
- Art. 4º - A manutenção de atividades, bem como, a conservação de bens públicos, terão prioridades sobre as ações de expansão e novas obras.

PUBLICAÇÃO JORNAL
TRIBUNA DO NORTE

EDIÇÃO Nº 1793

EM 28 / 02 / 97

- Art. 5º - Os projetos em fase de execução, terão preferência sobre novos projetos, especialmente aqueles que exijam contrapartida do Município.
- Art. 6º - Serão assegurados os recursos necessários para as despesas de capital, em consonância com as atividades e projetos orçamentários, relacionados com as metas e prioridades estabelecidas nesta Lei.
- Art. 7º - As alterações na política de pessoal e respectivas despesas, obedecerão as disposições constantes no capítulo VI, da presente Lei.

CAPITULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

- Art. 8º - Na fixação das despesas serão observadas as prioridades assim especificadas:

I - LEGISLATIVA

- a)-dar continuidade e aperfeiçoar o processo legislativo, para atendimento as matérias de competência municipal;
- b)-aprimorar os métodos de fiscalização financeira e orçamentária do Município.

II - JUDICIARIA

- a)-promover a assistência jurídica.

III - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

- a)-proporcionar condições de supervisionar e coordenar os serviços administrativos do Município;
- b)-aperfeiçoar o sistema de planejamento, orçamentação e controle interno;
- c)-executar os processos licitatórios, controle de compras e serviços;
- d)-realizar a contribuição a diversas associações de Municípios;
- e)-executar os serviços de coordenação dos conselhos comunitários;
- f)-promover os serviços de divulgação oficial de atos municipais, bem como a divulgação do Município;
- g)-proporcionar condições de aquisição de imóveis para uso da Administração;
- h)-promover a manutenção e guarda da frota mecanizada municipal;
- i)-proporcionar condições de ampliação e remodelação do edifício da Prefeitura Municipal;

- j)-promover a construção da oficina mecânica e garagem municipal;
- k)-promover os serviços de cadastro tributário, tributação municipal e fiscalização tributária;
- l)-promover os serviços de contabilidade municipal;
- m)-promover os serviços de tesouraria municipal;
- n)-proporcionar condições de amortização de encargos e do principal de financiamentos já contratados e de outros, que venham a ser contratados.

IV - AGRICULTURA

- a)-promover a ampliação e manutenção da Patrulha Agrícola Mecanizada;
- b)-proporcionar condições de instalação de uma central de distribuição de calcário;
- c)-promover os serviços de abastecimento comunitário;
- d)-proporcionar condições de manutenção do Plano de Desenvolvimento Agrícola no Município;
- e)-proporcionar condições de construção de micro-bacias e manutenção das existentes;
- f)-proporcionar condições de construção de um Matadouro Municipal e aquisição de equipamentos;
- g)-proporcionar condições de manutenção do Matadouro Municipal;
- h)-proporcionar condições de implantação de uma viveiro de mudas para reflorestamentos e outros;
- i)-proporcionar condições de manutenção do viveiro de mudas.

V - DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA

- a)-proporcionar condições de funcionamento da Junta de Arlistamento Militar;
- b)-proporcionar condições de manutenção dos convênios com a Ciretran e Funrespol, em funcionamento no Município;
- c)-proporcionar condições de construção do prédio para a Delegacia de Polícia local;
- d)-proporcionar condições de manutenção da Delegacia de Polícia e Pelotão da Polícia Militar no Município;
- e)-promover condições de aquisição de veículos e equipamentos de prevenção e combate a incêndios;
- f)-proporcionar condições de manutenção dos serviços de prevenção e combate a incêndios.

VI - EDUCAÇÃO E CULTURA

- a)-proporcionar condições de concessão de bolsas de estudos até o segundo grau;
- b)-proporcionar condições de concessão de bolsas de estudos a nível de terceiro grau;
- c)-manutenção e expansão da rede municipal de ensino fundamental;

- d)-manutenção e expansão da rede municipal de ensino as crianças de 0 a 5 anos;
- e)-construção e reconstrução de prédios escolares;
- f)-construção e reconstrução de creches no Município;
- g)-manutenção e expansão do ensino pré-escolar;
- h)-racionalização e melhorias no transporte escolar;
- i)-promover o treinamento de professores municipais;
- j)-proporcionar condições de melhoria no atendimento ao excepcional;
- k)-promover a melhoria dos programas de complementação alimentar a estudantes da rede municipal de ensino;
- l)-proporcionar condições de funcionamento da orientação técnica pedagógica do Município;
- m)-proporcionar condições de aquisição de livros didáticos;
- n)-proporcionar condições de erradicação do analfabetismo no Município;
- o)-proporcionar condições de melhorias e manutenção dos serviços da Biblioteca Municipal;
- p)-proporcionar condições de realização de eventos culturais no Município;
- q)-promover e incentivar a prática de desportos amadores;
- r)-proporcionar condições de construção e reconstrução de canchas e quadras esportivas;
- s)-proporcionar condições de construção, reconstrução e melhorias no estádio municipal e campos de futebol;
- t)-proporcionar condições de realização de eventos esportivos no Município.

VII - HABITAÇÃO E URBANISMO

- a)-promover a aquisição de terrenos para construção de casas populares, inclusive a complementação das obras;
- b)-promover a ampliação e manutenção da rede de iluminação pública, bem como a instalação de luminárias e de super postes;
- c)-proporcionar condições de execução dos serviços de limpeza pública e coleta de lixo;
- d)-proporcionar condições de aquisição de terrenos para a instalação de depósito de lixo a céu aberto;
- e)-proporcionar condições de manutenção e melhorias em cemitérios municipais;
- f)-proporcionar condições de manutenção, construção e reconstrução de praças, parques e jardins;
- g)-proporcionar condições de construção de passeios e muros em frente a lotes urbanos, que serão cobrados dos proprietários.

VIII - INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS

- a)-promover o fomento a instalação de industrias no Município, inclusive com a aquisição e doação de terrenos;
- b)-promover os serviços de promoção do comércio no Município;
- c)-proporcionar condições de instalação de um parque de exposições no Município;

- d)-proporcionar condições de promoção de feiras e rodeios no Município.

IX - SAÚDE E SANEAMENTO

- a)-proporcionar condições de ampliação da rede de distribuição de água em Distritos e Patrimônios Municipais;
- b)-promover a assistência médica e sanitária, através da rede municipal de saúde;
- c)-proporcionar condições de funcionamento da farmácia e laboratório;
- d)-proporcionar condições de construção, ampliação e/ou remodelação do Centro de Saúde e Mini Postos de Saúde.

X - TRABALHO

- a)-consolidar o processo de implantação do regime jurídico único;
- b)-manter os serviços de recrutamento, seleção e controle do pessoal, bem como implantar o sistema de promoção e valorização do servidor público municipal;
- c)-incentivar o treinamento de recursos humanos.

XI - ASSISTENCIA E PREVIDENCIA

- a)-contribuir na forma da lei, para o programa de formação do patrimônio do servidor público;
- b)-promover a assistência ao menor, através de subvenções sociais;
- c)-promover a assistência a velhice, através de subvenções sociais;
- d)-promover a assistência social geral do Município;
- e)-promover a assistência comunitária, através da manutenção do Centro Social.

XII - TRANSPORTE

- a)-proporcionar condições de manutenção e melhorias no Terminal Rodoviário Municipal;
- b)-proporcionar condições de execução dos serviços de obras preliminares, meio-fios, guias e sarjetas, galerias pluviais e pavimentação asfáltica e outras, em ruas e avenidas do Município;
- c)-proporcionar condições de manutenção e restauração da malha viária municipal;
- d)-renovação e manutenção de máquinas e veículos rodoviários.

CAPÍTULO III

DO ORÇAMENTO MUNICIPAL

- Art. 9º - O Orçamento Municipal compreenderá as Receitas e Despesas da Administração Direta, de modo a evidenciar as políticas e programas de governo, obedecidas na sua elaboração, os princípios de anualidade, unidade, universalidade, equilíbrio e exclusividade.
- Art. 10 - A Proposta Orçamentária do Poder Legislativo, deverá ser elaborada pela Câmara Municipal e encaminhada ao Executivo, para compor o Projeto de Lei do Orçamento Geral do Município, até 30 (trinta) dias antes do seu encaminhamento ao Legislativo.
- Art. 11 - Nos termos da Lei Orgânica Municipal, o Poder Executivo fará encaminhar ao Poder Legislativo, até o dia 30 (trinta) de setembro de cada ano, o Projeto de Lei do Orçamento Geral do Município, para o exercício seguinte.
- § Único - O não encaminhamento da Proposta Orçamentária no prazo estabelecido, além de outras possíveis implicações e responsabilidade, prorroga, automaticamente a Lei Orçamentária para vigor no ano seguinte.
- Art. 12 - O Poder Legislativo terá o prazo para apreciação da Proposta Orçamentária, esgotado, juntamente, com o encerramento da sessão legislativa, ou seja, até o dia 15 de dezembro, quando deverá encaminhá-lo imediatamente para sanção.
- Art. 13 - Na elaboração do Orçamento Geral do Município, serão observadas as diretrizes específicas, de que trata esta Lei.
- Art. 14 - As despesas com pessoal e encargos, não poderão exceder o limite estabelecido no Art. 38, do Ato das Disposições Transitorias, da Constituição Federal do Brasil.
- Art. 15 - As despesas com a manutenção e o desenvolvimento do ensino, observarão no mínimo o limite fixado no Art. 212, da Constituição Federal do Brasil.
- Art. 16 - Os recursos ordinários do Tesouro Municipal, somente poderão ser programados para atender despesas de capital, após atendidas as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida e outras despesas com custeio administrativo, operacional e precatórias judiciais, bem como, a contrapartida de programas financiados e aprovados em Lei Municipal.
- Art. 17 - Na fixação da despesa, serão observados as prioridades e metas determinadas no Art. 8º, desta Lei, bem como, a manutenção e funcionamento dos serviços já implantados.
- Art. 18 - O Orçamento Geral do Município, será estabelecido a preços de janeiro de 1997, será corrigido mensalmente, nos meses de 1997, pelo índice adotado, cujas autorizações e critérios, constarão da Proposta Orçamentária para 1997, a ser encaminhada ao Legislativo Municipal de Cruzmaltina.

CAPÍTULO IV

DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.

- Art. 19 - O Município fica autorizado a se utilizar da legislação tributária, do Município de Faxinal, para o exercício de 1997, e elaborará um Projeto de Lei a ser enviado a Câmara Municipal, até três meses antes do encerramento do exercício de 1997, dispondo sobre a Legislação Tributária do Município de Cruzmaltina, para o exercício de 1998 e subsequentes.
- Art. 20 - O Projeto de Lei Orçamentária, poderá apresentar despesas à conta de receitas decorrentes da nova Legislação Tributária, encaminhada à Câmara Municipal, na forma do caput do Art. 19, desta Lei.

CAPÍTULO V

DAS ALTERAÇÕES NO QUADRO DE PESSOAL

- Art. 21 - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a enviar à Câmara Municipal, Projeto de Lei, tratando da aplicação do quadro do pessoal, quando da real necessidade da administração municipal.
- § Único - Para cumprimento deste artigo, o Município fica autorizado a proceder concurso público, para a admissão de pessoal necessário.
- Art. 22 - Ficam os Poderes Legislativo e Executivo, autorizados a procederem a atualização dos vencimentos e vantagens do quadro próprio de pessoal, de conformidade com os índices oficiais, estabelecidos pelo Governo Federal, no exercício de 1997.
- § Único - Dado as conveniências e as disponibilidades financeiras, poderão ser concedidos aumentos acima dos índices oficiais, o que será objeto de um Projeto de Lei, a ser enviado à Câmara Municipal.

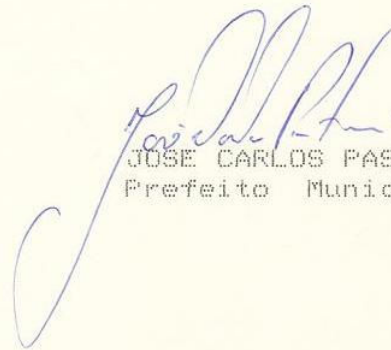
CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23 - Não serão admitidas emendas ao Projeto de Lei Orçamentária, que visem conceder dotação para instalação ou funcionamento de Órgão, que não esteja legalmente constituído.

Art. 24 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 1997.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CRUZMALTINA, Gabinete do Prefeito, aos três dias do mês de fevereiro do ano de um mil, novecentos e noventa e sete. (03.02.97)



JOSE CARLOS PASTORI
Prefeito Municipal